



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2023 DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2023, às 9h30, compareceu ao Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto (Av. Jerônimo Gonçalves, 1200), a Secretaria Municipal da Fazenda, neste ato representada pelo titular da pasta, Sr. Afonso Reis Duarte, para proceder a apresentação da prestação de contas do segundo quadrimestre de 2023, acompanhado dos técnicos da Secretaria Municipal da Fazenda. Presidiu a audiência o Vereador Sérgio Zerbinato, presidente da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária desta Casa de Leis; iniciou agradecendo a todos, especialmente os técnicos da Secretaria da Fazenda, Sra. Edméa Eliana dos Santos e Cibelle Maria Ferreira. O vereador explicou que esta audiência pública tem como objetivo a prestação de contas para apresentação dos resultados do 2º quadrimestre de 2023 do Poder Executivo Municipal, e após breves comentários iniciais, passou a palavra ao Secretário de Fazenda, Dr. Afonso Reis Duarte, que cumprimentou os presentes, destacando que a cada quatro meses, por força legal, a Prefeitura, autarquias e fundações precisam fazer a prestação de contas e apresentar o cumprimento das metas legais e constitucionais. Em seguida, informou que o técnico da Secretaria da Fazenda e Chefe da Divisão de Contabilidade, Sr. Vitório Tonetto Filho, passou a apresentar os dados, com a utilização do sistema *data show*, conforme documento que segue em anexo. Vitório iniciou destacou que o fundamento legal que exige essa audiência pública é o artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), dispositivo que reza que: *"até o final do mês de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão referida no §1º do artigo 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais"*. Informou que se trata dos dados consolidados dos seguintes órgãos: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Fundação de Educação para o Trabalho – FUNDET, Fundação Instituto do Livro, Fundação Dom Pedro II, Fundação Instituto Pólo Avançado de Saúde – FIPASE, Fundação de Formação Tecnológica de Ribeirão Preto – FUNTEC, Guarda Civil Metropolitana - GCM, Instituto de Previdência dos Municipiários – IPM, Serviços de Assistência à Saúde dos Municipiários – SASSOM e Câmara Municipal de Ribeirão Preto – CMRP. Acrescentou que a apresentação corresponde ao período do janeiro a agosto de 2023, ou seja, correspondente ao 2º quadrimestre de 2023 e as Metas fiscais, explicou como está organizada a apresentação; Com relação ao resultado orçamentário, receitas consolidadas, Vitório informou que a previsão anual inicial de



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

receita é de R\$ 4.309.988.134, dados consolidados, essa previsão não foi atualizada, não foi feita nenhuma reestimativa, e a arrecadação de receita do 2Q2023 chegou a R\$ 2.899.641.845 e detalhadamente, os principais grupos são: transferências correntes e impostos, taxas e contribuições de melhoria. A primeira havia uma previsão de arrecadação de R\$ 1 bilhão 172 milhões, e chegou a R\$ 1 bilhão 202 milhões (2,5% acima do que estava previsto até 31 de agosto), e a receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria havia uma previsão de R\$ 923 milhões e arrecadou R\$ 1 bilhão e 1 milhão (8,54% acima). Alguma outras importantes, receitas de serviços e contribuições ficaram abaixo do que era previsto, aponta Vitória. Afonso Reis aponta que a receita de serviços está arrecadando menos porque a receita de água e esgoto está com uma inadimplência muito alta, chamando a atenção para isso, quase R\$ 30 milhões de arrecadação a menos. Vitória fala que as operações de crédito tinha uma previsão de R\$ 157 milhões e arrecadou R\$ 83 milhões, uma forte relação com o andamento das obras. Em seguida, falou da composição da receita por órgão, sendo os quatro principais órgãos: a Prefeitura, IPM e SASSOM, maior parte da arrecadação. Concernente ao detalhamento das receitas arrecadadas somente da Prefeitura (dados isolados) ela foi responsável por R\$ 2.472.025.872 e traz planilha ordenada por ordem de grandeza, sendo que as principais grupos de arrecadação foram: ICMS – R\$ 437 milhões (18%); IPTU – R\$ 398 milhões (16%); ISSQN - R\$ 323 milhões (13%); IPVA – 279 milhões (11%); Receitas de Serviços – R\$ 200 milhões (8%); FUNDEB - R\$ 192 milhões (8%); SUS - R\$ 151 milhões (6%) de toda arrecadação e Receita Patrimonial – R\$ 116 milhões (5%) e ITBI – R\$ 84 milhões (3%), e F.P.M – R\$ 81 milhões (3%), sendo que os demais rubricas orçamentárias representam valor e percentuais menores. Passou a efetuar uma análise dessa arrecadação de 01/janeiro até 31/agosto de 2023 em relação ao que estava arrecadado no mesmo período do ano passado, e também ao que estava previsto de ser arrecadado nesses oito primeiros meses do ano, e aponta que o IPVA em relação ao ano passado houve aumento de R\$ 62 milhões e também se arrecadou R\$ 62 milhões a mais do que estava previsto para esse ano, é o principal. Já o ISS houve aumento desse ano, de R\$ 42 milhões em relação ao ano passado e em relação ao que estava previsto para esse ano também acima em R\$ 54 milhões, até 31 de agosto. A receita patrimonial são R\$ 40 milhões a mais desse ano com relação ao ano passado, e isso tem um forte impacto da taxa SELIC, registra Vitória, dizendo ainda que soma-se à receita patrimonial os R\$ 33 milhões que o Município recebeu com a venda da folha de pagamento esse ano, e aí R\$ 40 milhões com relação ao ano passado e soma R\$ 94 milhões a mais em relação ao que estava previsto esse ano. Os próximos impostos destacados são o IPTU, R\$ 31 milhões arrecadados esse ano acima do ano passado porém R\$ 6 milhões abaixo do previsto. Vitória cita ainda o Imposto de Renda, os dados da dívida ativa, e o total de receitas correntes, que tendem a ser recorrentes e permanentes de arrecadação, com previsibilidade maior, esse ano arrecadou R\$ 229 milhões a mais com relação ao ano passado e ainda R\$ 130 milhões acima do previsto de 01/janeiro a 31/agosto de 2023. Em seguida, traz



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

informações sobre outros impostos, como IPTU com R\$ 31 milhões arrecadados acima com relação ao ano passado, porém R\$ 6 milhões abaixo do previsto esse ano. O Imposto de Renda houve R\$ 15 milhões de arrecadação acima com relação ao ano passado e R\$ 17 milhões acima do previsto esse para esse ano. A dívida ativa também se mostra uma arrecadação boa, com R\$ 6,7 milhões desse ano a mais com relação ao ano passado e R\$ 2,4 milhões acima do previsto esse ano. O total de receitas correntes, grupo de receitas permanentes de arrecadação, com previsibilidade maior, nesse ano se arrecadou R\$ 2.378.864.913 e R\$ 229 milhões a mais com relação ao 2Q2022 e R\$ 130 milhões a mais com relação ao que era previsto esse ano, pois era previsto arrecadar R\$ 2.248.631.127. Já sobre as receitas que têm uma previsibilidade menor, sujeitas à questões que tem-se menor controle da Administração Pública, que são as operações de crédito, e no ano passado se arrecadou R\$ 324 mil a mais que esse ano e esse ano, em relação ao que era previsto em 31 de agosto, se arrecadou R\$ 73 milhões a menos. Em seguida, explica sobre as alienações de ativos da Prefeitura, e nessa rubrica não consta a recente venda de lotes do Distrito Empresarial, falando ainda sobre o total de receitas de capital. De forma geral, registra Vitório, esse ano em relação ao ano passado, teve R\$ 218 milhões a mais (10,65% de crescimento), registrando que o IPCA ficou em 4,61% (arrecadação acima da inflação), e no comparativo entre o previsto e o arrecadado no 2Q2023 houve uma queda de R\$ 4.130.468. Seguindo, as despesas consolidadas e a apuração do resultado orçamentário, a despesa total prevista tinha como dotação inicial R\$ 4.309.988.134 e o total da despesa empenhada em 31/agosto foi de R\$ 3.490.137.030, e o total de despesa liquidada em R\$ 2.536.407.648. Fala que da despesa liquidada (R\$ 2.536.407.648), base da LRF, por função de governo, as que mais se destacam são os gastos com saúde (R\$ 630 milhões), educação (R\$ 553 milhões), previdência social (R\$ 444 milhões), administração (R\$ 192 milhões), urbanismo (R\$ 175 milhões), encargos especiais (R\$ 174 milhões), saneamento (R\$ 171 milhões), assistência social (R\$ 67 milhões) e as demais, em valores menores. Em seguida, traz a apuração do resultado orçamentário do 2Q2023, com receita total arrecadada de R\$ 2.899.641.845 e despesa total liquidada de R\$ 2.536.407.648, e daí um superávit orçamentário de R\$ 363 milhões. Relembra a sazonalidade do IPTU e do IPVA. Quanto ao comparativo de despesa, por principais gastos, temos despesa total da Prefeitura, no 2Q2023 foi de R\$ 1.934.328.141 comparado com R\$ 1.570.180.329 janeiro a agosto de 2022, ou seja, 23,19% de aumento. Os principais grupos foram os gastos com educação (R\$ 442 milhões o ano passado e R\$ 553 milhões esse ano), além da saúde (R\$ 467 milhões ano passado e, agora, R\$ 549 milhões). Já os gastos com administração saltaram de R\$ 169 milhões para R\$ 192 milhões e os gastos com zeladoria, urbanismo, temos R\$ 128 milhões ano passado e agora, R\$ 175 milhões e encargos especiais saltaram de R\$ 110 milhões para 174 milhões, esse ano. Seguindo, com as despesas analisadas por natureza, os gastos com outras despesas correntes saltaram de R\$ 697 milhões o ano passado para R\$ 900 milhões esse ano, e ainda os gastos com pessoal e encargos sociais saíram de R\$ 709 milhões para R\$



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

814 milhões. Destaca que foram feitos vários chamamentos em concursos públicos. Em seguida, abordando os repasses que ela faz para administração dos órgãos da Administração Indireta e para o Poder Legislativo, para que executem seus orçamentos, demonstrou um comparativo dos últimos 12 meses, de 31/08/2022 a 31/08/2023, e nesse ano temos um total de R\$ 275 milhões, dividido em R\$ 226 milhões em repasses para a Administração Indireta e R\$ 48 milhões para o Legislativo. No próximo, sobre a apuração da recente corrente líquida de forma anualizada, de setembro/22 a agosto/23, a base e o cálculo é feita considerando a receita corrente bruta R\$ 3.931.446.135, são feitas deduções exigidas por lei, referentes aos repasses e as receitas previdenciárias, que precisam de deduções pois há uma vinculação própria, que a receita corrente líquida, na casa de R\$ 3.504.779.937 (base para limites da LRF), e ainda são deduzidas as emendas parlamentares individuais e de bancada que o município recebe da União, que soma R\$ 11.431.236, chegamos na receita corrente líquida ajustada para o limite de endividamento de R\$ 3.493.348.701. Seguindo, o total de receitas fiscais primárias tinha uma previsão de R\$ 2.899.903.346 e houve uma arrecadação de R\$ 2.987.325.195, que o principal grupo são as receitas primárias correntes. Depois, ressalta que a meta fiscal de resultado primário, prevista na LDO, é que o município não supere um déficit primário de R\$ 94 milhões, e por meio da análise da realização das receitas e despesas temos um total arrecadado de receitas primárias de R\$ 2.513.078.950 e um total de despesas, operacionais, de R\$ 2.268.429.550, chegando a um superávit primário de R\$ 244.649.400, lembrando que houve atingimento da meta, mas ela é anual. Já no resultado nominal, que está relacionado ao endividamento do setor público, traz a dívida pública consolidada do Município, comparando-a em dois momentos: de 31/08/2023 com 31/12/2022. Aponta que a dívida consolidada bruta, esse ano, está em R\$ 895 milhões e o ano passado estava em R\$ 795 milhões, então houve um aumento de pouco mais de R\$ 100 milhões. A dívida bruta, a lei exige que sejam feitas deduções relacionadas aos ativos disponíveis, outros recebíveis (haveres financeiros), e também com relação aos restos a pagar processados e depósitos restituíveis, que são valores que ficam na posse da Prefeitura e dos órgãos mas não são deles. As deduções somam R\$ 1.292.116.999 esse ano e R\$ 957.667.838 o ano passado e aí confrontamos a dívida bruta com essas deduções. A dívida consolidada líquida, em 31 de agosto, ficou negativa, ou seja, confrontando a dívida consolidada bruta com as deduções, os valores ainda são maiores que a dívida bruta, esse ano em R\$ 396 milhões e o ano passado eram R\$ 172 milhões. Aponta que a dívida fiscal era de R\$ 222 milhões negativos em 31/12/2022 e agora chega a R\$ 445 milhões negativos. Ao final, o resultado nominal chega a R\$ 222 milhões negativos, ou seja, o endividamento líquido do Município reduziu, em 31 de agosto, R\$ 222 milhões em relação a 31 de dezembro do ano passado. Falou de três limites relacionados ao endividamento do Município, que a base é a receita corrente líquida, R\$ 3.263.714.243 em 2022 e R\$ 3.493.348.701 em 2023. Pela lei vigente atual, o estoque da dívida não pode ser 120% da Receita



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo


Corrente Líquida, e estamos com R\$ 396 milhões negativos, ou -11,36%. A lei exige que os Municípios não ultrapassem 16% de operações de crédito realizadas dentro de um mesmo ano, em 2022 chegou a 4,65% e em 2023 2,40%, bem abaixo dos 16%, e que também não houve extrapolação do limite e as concessões de garantia estão relacionados com empréstimos da Cohab, com empréstimos habitacionais, que representa 1,61% e bem abaixo do que prevê a LRF (22,00%). Passou a falar da evolução e mutação da dívida fundada da Prefeitura, dívida fundada que são dívidas que ultrapassam 12 meses, com posições de 2013, ano a ano, até o 2Q2023. Lá em 2013, as dívidas mais representativas eram do acordo dos 28,35%, que totalizavam R\$ 385 milhões, e em 2023 está em processo de finalização, hoje está em R\$ 15 milhões. Em 2013, outra grande dívida, eram as dívidas intraorçamentárias, com DAERP, SASSOM e IPM, e hoje, a única que permanece é a dívida com o SASSOM, em processo de quitação. O que mudou, do perfil de dívida, de 2013 para 2023, foi que o principal grupo foram as dívidas com instituições financeiras (bancos), e lá atrás eram só as dívidas das obras do córrego da Av. Jerônimo Gonçalves, e esse ano, 2Q2023 são diversas obras, diversos contratos, de infraestrutura e mobilidade urbana (saltou de R\$ 49 milhões para R\$ 575 milhões). Outra dívida com expressivo aumento foram as dívidas com precatórios, lá em 2013 eram R\$ 74 milhões e esse ano, em 31 de agosto, eram R\$ 231 milhões. Destaca que o próprio Tribunal de Justiça impõe uma quantia a ser paga, e essa quantia está, há algum tempo, abaixo do que o Município é acionado na Justiça. Sobre a evolução da dívida fundada total, de 2013 a 2Q2023, Vitório aponta que a dívida passou de R\$ 804 milhões em 2013, com pico de R\$ 835 milhões em 2015, e chega agora, no 2Q2023 a R\$ 902 milhões. Registra que com atualização pelo IPCA, desde 2013, em valores constantes, a dívida diminuiu. No tocante as metas fiscais relacionadas com a educação, que a aplicação no ensino a base de cálculo são as receitas de impostos e transferências de impostos, o que representa R\$ 1.785.957.286, sendo que a aplicação mínima legal de 25% (art. 212 CF) totaliza R\$ 446.489.321, o total da despesa empenhada atingiu R\$ 530.120.057, a despesa total liquidada R\$ 468.878.167, observando que houve o cumprimento da meta fiscal, ficando em 29,68% do empenhado e 26,25% do liquidado, acima do limite constitucional. Sobre a aplicação dos valores do FUNDEB, com total recebido, pelo Município, de R\$ 194.476.909, e que as aplicações mínimas, existem duas, 70% do mínimo no magistério (R\$ 136.133.836) e já foram aplicados aí R\$ 171.296.696, ou seja, percentual de 88,08%, muito acima dos 70% exigidos pela lei. Há ainda a necessidade de aplicação de 90% dos recursos recebidos dentro do próprio exercício, que soma R\$ 175.029.218, e em 2023 a Prefeitura já aplicou R\$ 193 milhões, e com dados parciais, já 99,57% (quase a totalidade) já está sendo aplicada dentro do próprio ano. Aponta, no tocante a meta de aplicação de recursos na saúde, a base de cálculo são receitas de impostos e transferências de impostos que soma R\$ 1.781.014.218, temos a aplicação mínima obrigatória, e constitucional, de 15%, que representa R\$ 267.152.133. Os gastos totais em saúde nesse período de oito meses ficou em R\$ 549.287.444, e deste total, não podem ser levados em consideração para



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

cômputo dos 15% porque são gastos com receitas estaduais e federais R\$ 148.712.163 milhões, outros R\$ 7.121.887 são despesas com outros recursos, e R\$ 11.681.311, embora despesas com saúde são glosadas pelo Tribunal de Contas em decorrência de não serem relacionadas à universalização do acesso à saúde, normalmente gastos judiciais, então temos os gastos de fato, que entram no cômputo, de R\$ 381 milhões e a mínima exigida (15%) era R\$ 267 milhões, e a aplicação se deu no percentual de 21,44%, acima do mínimo legal. Passou a informar a meta de despesa de pessoal, explicando que a base é a receita corrente líquida R\$ 3.493.348.701, e observamos que a receita bruta com pessoal soma R\$ 1.984.680.832, com deduções de R\$ 439.928.528, e então a despesa de pessoal realizada soma R\$ 1.544.752.304, ou 44,22%, percentual abaixo dos limite da LRF (limites máximo 54%, prudencial 51,30% e alerta 48,60%). Trouxe ao final um breve resumo das metas e do realizado no tocante aos limites de despesa de pessoal, aplicação na saúde, FUNDEB e educação, nominado de "termômetro fiscal", que faz um apanhado, uma síntese, dos quatro limites legais. Ao final, se colocou à disposição para responder a eventuais dúvidas e questionamentos, finalizando a explanação e apresentação de hoje. O vereador Zerbيناتo saúde Fernanda e Mileide, assessoras do vereador França, registrando ainda que esteve na reunião o vereador André Rodini. O Secretário Afonso Reis Duarte diz que tem tido uma preocupação bastante grande com a austeridade fiscal em Ribeirão Preto, observando que as receitas subiram 9,71% e as despesas subiram 23,19%, nestes oito meses, e que as despesas são custeadas pelos superávits dos exercícios anteriores, mas é sempre um alerta, dizendo que sempre a LRF está sendo cumprida, com todos os limites prudenciais respeitados, estando assim cumprindo o dever legal de apresentar tudo isso à Câmara Municipal. Finalizando, o vereador Sérgio Zerbيناتo agradeceu a atenção do Secretário, dos técnicos da Secretaria da Fazenda, e declarou encerrada a presente audiência pública para prestação de contas do 2º quadrimestre de 2023, às 10h25. A presente ata foi lavrada por mim, Fernando Silvério Borges, auxiliar legislativo designado, que após lida e aprovada, vai assinada pelo vereador abaixo, que presidiu essa audiência pública.


SÉRGIO ZERBINATO
Vereador - Presidente da

Comissão Permanente de Finanças,
Orçamento, Fiscalização, Controle e Tributária